



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO
PROJETO DE LEI Nº 5.185, DE 2019**

Apensados: PL nº 5.378/2023 e PL nº 921/2024

Altera a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, com vistas a estabelecer procedimentos inclusivos para educandos e concursandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento.

§ 1º São considerados transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento:

- I - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH);
- II - Transtorno do Espectro Autista (TEA)
- III - dislexia;
- IV - disgrafia;
- V - discalculia;
- VI - Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC);





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 09/05/2024 15:12:10.490 - CPD
SBT-A 1 CPD => PL 5185/2019

SBT-A n.1

VII - demais transtornos de desenvolvimento intelectual.

§ 2º O acompanhamento integral previsto no *caput* deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde. ” (NR)

“Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção aos educandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.” (NR)

“Art. 3º Educandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território.” (NR)

“Art. 3º-A. As instituições de educação superior públicas e privadas assegurarão aos educandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento:

- I - atendimento integral e individualizado;
- II - disponibilização de aulas complementares ou de reforço, oferecidas em meio que lhes favoreça o aprendizado;
- III - flexibilização da forma de apresentação de trabalhos individuais, respeitada a escolha do educando por atividade alternativa à exposição oral;
- IV - realização de provas e exames em ambiente apropriado e em tempo adequado à condição do educando;
- V - garantia de acompanhamento de trabalhos de conclusão de curso por professores capacitados para lidar com necessidades específicas do orientando;
- VI - sigilo e respeito à condição de pessoa com transtornos específicos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento.

§ 1º Serão implementados pelas instituições de educação superior programas, projetos e ações de conscientização da comunidade





CÂMARA DOS DEPUTADOS

acadêmica acerca de temas relacionados aos transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento.

§ 2º As instituições de educação superior garantirão aos docentes e a outros profissionais que exercem atividades na esfera de sua atuação oportunidades de capacitação e formação continuada acerca de temas relacionados a acolhimento e promoção de educação de qualidade para pessoas com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento.

§ 3º Serão incluídos, nos processos relativos à avaliação de instituições e de cursos de educação superior, critérios relacionados a atendimento de pessoas com transtornos de aprendizagem e do desenvolvimento, na forma do regulamento.”

“Art. 3º-B As instituições de educação superior públicas e privadas assegurarão aos educandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento a dilação do prazo de conclusão dos respectivos cursos em até 50% (cinquenta por cento) do prazo máximo estabelecido para os demais alunos.”

Art. 4º

.....

.

“Art. 5º No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.” (NR)

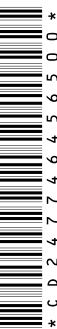
“Art. 5º-A. Os editais de concursos públicos deverão estabelecer atendimento especializado para os candidatos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento, nos concursos públicos de provas ou de provas e títulos para investidura em cargo ou emprego público.

§ 1º O atendimento especializado aos candidatos mencionados no *caput* ocorrerá por meio de:

I - tempo adicional de até 1 (uma) hora para realizarem suas provas;

II - profissional leitor para auxiliar na leitura das provas, se assim o solicitarem;

III - profissional transcritor para auxiliar na escrita e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

preenchimento do cartão-resposta das provas, se assim o solicitarem;

IV - sala diferenciada para os candidatos que solicitarem o leitor ou o transcritor nas provas;

V - correção da prova escrita, avaliada a partir de uma matriz de correção específica por profissionais especializados.

§ 2º O atendimento especializado será disponibilizado para os candidatos que comprovarem, por meio de laudo médico, a condição descrita no *caput*.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 7 de maio de 2024.

Deputado **WELITON PRADO**

Presidente

